

GESTÃO DE PESSOAS

*DO LAR AO GABINETE:
A SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL DA MULHER NA POLÍTICA*

Resumo

O Brasil é um dos piores países em termos de representatividade política feminina, conseqüentemente isso se torna um entrave na socialização profissional da mulher na política. Frente a isso, o artigo objetivou compreender o processo de socialização profissional da mulher em espaços políticos. Para atingir tal objetivo, utilizou-se de pesquisa de natureza exploratória. Quanto aos meios, a pesquisa configura-se como bibliográfica (dados secundários) – com vasta bibliografia sobre feminismo, política e o processo de socialização – e de campo (dados primários), a partir de entrevistas em profundidade com mulheres inseridas no contexto político entrevistadas por meio de roteiro semiestruturado. Ademais, as 10 (dez) parlamentares foram selecionadas por meio da técnica de bola de neve (*snowball*). O presente estudo contribui no reconhecimento da necessidade de mudança de comportamentos corriqueiramente naturalizados na política, como o machismo. Verifica-se, portanto, que esse estudo pode potencializar o entendimento e o aumento da presença feminina e forças afirmativas que beneficiem e respeitem o processo de socialização profissional da mulher na política.

Palavras chaves: Gênero, Mulheres, Política, Socialização Profissional, Feminismo.

Abstract

Brazil is one of the worst countries in terms of female political representativeness, hence, it becomes a bottleneck in the development of the professional socialization of women in politics. That said, the current article aims to understand the process of professional socialization of women in political spaces. To reach such goal, a research of explanatory nature was used. Regarding the means used, it is considered a bibliographic research (secondary data) – with a wide bibliography about feminism, politics and the socialization process – and field research (primary data), from in depth interviews with women who are inserted in the political context accessed through a semi structured script. The 10 (ten) interviewed parliamentary members were selected through the snowball technique, a governmental website – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – and on the Instagram profile Vote Nelas. The current study may contribute to the recognition of the need for change of behaviors which are naturalized in politics on a daily basis, such as machismo. Therefore, studies such as this one can enhance the understanding and increase the female presence and affirmative forces, which would benefit the process of professional socialization of women in politics.

Keywords: Gender, Women, Politics, Professional Socialization, Feminism.

1 INTRODUÇÃO

Aclamada pelo roteiro em 2013, a série *House of Cards*, produzida pela Netflix e dirigida por David Fincher, tornou-se uma referência na abordagem sobre política e relações de poder entre diferentes esferas políticas. A obra evidencia o dia-a-dia do congressista Francis Underwood e a sua ascensão em cargos públicos em Washington D.C. (Estados Unidos), sempre apoiado e acompanhado por sua esposa, Claire Underwood. Após seis temporadas, com muitas reviravoltas, Claire é legitimada como presidente, substitui todo o seu gabinete por mulheres e demonstra a presença das mulheres na política e no poder. De acordo com a *Variety* (2018), revista estadunidense especializada na indústria do entretenimento, na sexta temporada, a audiência se tornou predominantemente feminina (54%). *House of Cards* retrata o anseio atemporal por uma mudança no cenário político que busca legitimar a figura feminina em dois aspectos: na presença da mulher no cenário político e, quando esta possui seu lugar validado democraticamente na esfera pública, a busca pela sua permanência.

Nesse sentido, de acordo com Miranda (2019), é possível fazer duas reflexões sobre a presença da mulher na política: 1) há conquistas; 2) há muito mais barreiras do que conquistas. O recorte do presente estudo tem por foco compreender a presença da mulher em cargos políticos e, por meio disso, entender o processo de socialização e construção da sua identidade social e profissional. Em meio a essa discussão, é importante ressaltar que, de acordo com o Inter-Parliamentary Union (2018), o Brasil é um dos piores países em termos de representatividade política feminina, e ocupa o terceiro lugar na América Latina em menor representação parlamentar de mulheres.

Aponta-se, também, que a abordagem sobre política é um tema estudado em outros contextos de pesquisa, mas não há temáticas que relacionem tal pauta com a socialização e a construção da identidade da mulher no espaço público. Este artigo busca discutir também a dificuldade, a partir da perspectiva de Hughes (1958), da socialização profissional e entender como as experiências em ambientes de trabalho transformam a personalidade individual, social e influenciam comportamentos e pensamentos dos indivíduos.

A relevância acadêmica do presente artigo deve-se a estudos sobre gênero e política serem temas bastante explorados em outros contextos de pesquisas, como na desigualdade de gênero na política, mas não há estudos que relacionem a presença da mulher à socialização destas em ambientes políticos.

Dessa forma, o objetivo do presente artigo foi compreender o processo de socialização profissional da mulher em espaços políticos. Para responder a esse objetivo, foi realizada uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, por meio de entrevistas em profundidade. O estudo foi pautado em dados secundários e primários, respectivamente por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas em profundidade.

A relevância do presente estudo para a academia e para as organizações, que abordam a pauta do processo de socialização da mulher na política, torna-se significativa frente ao atual cenário em que há um aumento da participação das mulheres na vida pública brasileira, o que enriquece a discussão para atenuar ou solucionar possíveis dificuldades na socialização das mulheres em ambientes majoritariamente masculinos.

A seguir, será desenvolvido o referencial teórico, seguido pela metodologia, análise e discussão de resultados e considerações finais.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 GÊNERO E POLÍTICA NO BRASIL

O conceito de gênero se relaciona com determinadas construções sociais, entre homem e mulher, ou seja, a análise por meio de processos naturais e biológicos são afastados (CISNE, 2015). Tal fato demonstra a importante relevância sobre esta ótica, uma vez que há dificuldade de entendimento entre a distinção de construção social e natural. Por meio dessa análise, busca-se entender os comportamentos que influenciam a questão de gênero e a forma que este se relaciona com o mundo. Elias (1939) enfatiza a relevância de entender que as construções humanas devem ser proibidas de serem naturalizadas.

Foucault (1992) analisa o quanto o produto de discursos considerados verdadeiros têm sido atribuídos a contextos sociais e resultam na propagação de ideias, como: mulher é o sexo frágil. O cenário social foi construído pautado em históricas desigualdades e hierarquias entre o gênero feminino e masculino, o que legitima a desigual presença de mulheres em espaços, como o âmbito político. Dado isso, Godelier (1982) ressalta que todas as sociedades, mesmo nas mais igualitárias, os poderes finais têm pertencido aos homens, o que reitera uma presente hierarquia de poderes, que ainda é excludente, quando se pensa em gênero. Por consequência de tal tratamento entre homens e mulheres, deu-se início a movimentos em defesa do feminismo, cultura que se iniciava com repúdio à opressão, dominação e exploração das mulheres (SAFFIOTI, 2004).

O feminismo desencadeou três diferentes movimentos, denominados como “ondas do feminismo” (COSTA, 2002). As ondas eram pautadas no anseio do avanço da conscientização política e social das sociedades, com foco no olhar da mulher. No Brasil, a Segunda Onda ocorreu durante o regime militar, no início dos anos 1970, período no qual havia uma frustração da maioria dos cidadãos para com o governo e período o qual continha um reforço na opressão patriarcal.

A exemplo disso, começa-se a analisar que as mulheres eram atuantes em atividades domésticas e familiares, o que limitava e impedia de ter acesso a esferas públicas. Dessa forma, a dificuldade da socialização da mulher e a sub-representação feminina na política brasileira são consequências de uma violência simbólica, esta que é denominada uma violência insensível e invisível a suas próprias vítimas (BOURDIEU, 2011). É importante ressaltar que com o objetivo de legitimar a busca pela igualdade de gênero fora promulgada a Constituição Federativa do Brasil em 1988 que visava oferecer novas oportunidades à participação da mulher no exercício político.

Em relação à conquista ao voto feminino, entende-se que ela ofereceu alguns avanços na esfera pública. Ademais, a promulgação da Constituição acarretou conquistas para as mulheres e as tornou iguais perante a lei, porém, na prática ainda havia entraves para a igualdade ser, de fato, plena. Butler (2003) acredita que atos, gestos e atuações produzem efeitos, ou seja, a participação das mulheres teve um aumento, quando comparada a sua existência política e seus direitos.

Por outro lado, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a mulher possui uma sub-representação na política parlamentar. Dessa forma, verifica-se a dificuldade de a mulher se inserir e socializar em ambientes predominantemente masculinos (GIMENEZ, 2018), e embora elas tenham se inserido na política, isso ocorre/o fazem meio a condições de discriminação e aceitação velada pela sociedade (MEDEIROS, 2015). A atual sociedade pautada em desigualdades entre gêneros (LIMA, 2018), também

contribui na existência do estigma de a mulher ser inferior, frágil e pouco racional, adjetivos esses que subalternizam a participação da mulher no espaço público (BEAUVOIR, 1976).

Biroli (2014) acredita que, independentemente dos avanços da presença da mulher na política, ainda há traços de subalternidade. Outro aspecto relevante de análise são as marcas de feminilidade no discurso de uma mulher, que, por vezes reduzem a legitimidade da falante, sobretudo, a ausência dela torna-se um problema, uma vez que, a frieza e a racionalidade não cabem a uma mulher (MIGUEL; BIROLI, 2014). Ademais, é questionado se deve haver uma preocupação maior em relação ao aumento de mulheres na política ou no que tange à evolução da pauta de política feminista, pois a ampliação numérica não assegura a representatividade feminina (BIROLI, 2014). Em contrapartida, também há ideia de um avanço na agenda feminista que compreende a efetiva necessidade da presença de mais mulheres na política.

2.2 O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Características prescritas, como sexo ou posição familiar são dadas quando o ser humano nasce, ademais, as experiências e relações com a sociedade caracterizam e transformam as relações sociais (LANE, 2006). Nesse viés, é importante entender que o "indivíduo não nasce membro da sociedade, mas em um sistema social já estabelecido por gerações anteriores que já estabeleceram e assimilaram relações sociais" (STREY, 2002, p. 59). Tais relações definem e provocam mudanças na forma que os indivíduos se organizam (CUNHA, 2016). Nesse sentido, nota-se a importância das percepções e motivações individuais pautadas em um conjunto de normas e instituições sociais, visto que estas determinam o modo como o sujeito pensa e age dentro do espaço que ele vive e ocupa (RAMOS, 2003). Logo, ambientes sociais influenciam a construção da personalidade do indivíduo como sujeito social (DURKHEIM, 1978).

A aprendizagem de normas e valores está ligada ao ato de se socializar com o outro indivíduo e grupo (VALLE, 2003). Este processo tem por objetivo o desenvolvimento de sentimento de caráter de pertencimento de todo e qualquer indivíduo. É importante entender que existem fases de socialização e de interação com os primeiros grupos sociais, como família e escola (CUNHA, 2016) que, por consequência, implica no reconhecimento de um esfera coletiva, por meio do contato e noção de ideias morais, estas que influenciam e moldam a maneira de ser e agir. Dessa forma, é estabelecido que todo e qualquer indivíduo tenha dois seres: o individual e o social.

Luckmann (2009) elenca o papel de socialização em duas frentes, a primária e a secundária, uma vez que o nascimento do indivíduo não o torna social, mas sim suas relações e experiências com o meio, ou seja, para tal conhecimento do espaço, coletivo ou individual, é importante a percepção de processos. A socialização primária é conhecida como fase em que o indivíduo interage com a sociedade. Logo, é na infância que há a incorporação de costume externos, porém capazes de se tornarem individualizados, uma vez que não é compreendida apenas a subjetividade da assimilação das coisas, mas a criança identifica sua construção individual e cria sua própria identidade a partir do mundo externo (BERGER, 2013). Em seguida, a socialização secundária é atrelada à fase adulta. Essa se caracteriza por ser um período no qual a personalidade está relativamente formada e o indivíduo já possui comportamentos individualizados e estáveis. Entretanto, tal

socialização pode gerar confronto com realidades distintas (LUCKMANN, 2013). Estas duas fases, descritas anteriormente representam o Interacionismo Simbólico, abordagem sociológica das relações humanas, difundida por Herbert Blumer (1969), que valoriza a importância da interação social do ser humano e suas particularidades como interpretação social. Logo, tal ótica afirma que as pessoas estão aptas a construir suas personalidades por meio da interação com o mundo, pessoas e outras realidades. Considera-se, dessa forma, que a formação individual do ser humano é intrinsecamente atrelada a influências externas.

De acordo com Tardif (2000), inícios, descobertas e rupturas são fases presentes na socialização do ser humano. Os comportamentos incorporados são produto da socialização do individual ao coletivo, que permite a sensação de identidade e determinadas individualidades. Tal identidade se constrói a partir da incorporação de novas ideais sobre a natureza do trabalho e conquista de novas e específicas competências (HUGHES, 1958). Outro momento importante é a identificação de determinados grupos profissionais, ou seja, a partir do momento em que há um meio característico, este também passa a ser socialmente influenciado pela sua profissão. Logo, Dubar (2005) defende que o trabalho provoca mudanças identitárias e estas destacam-se com certa relevância na área profissional.

2.3 A SOCIALIZAÇÃO PROFISSIONAL E A IDENTIDADE PROFISSIONAL

Dubar (2005) acredita que a socialização ao meio profissional constrói, desconstrói e reconstrói identidades. Considera-se, então, o processo de socialização, um meio pelo qual as pessoas adotam uma cultura da organização e acabam modificando suas identidades. Hughes (1958) exemplifica o processo de que experiências vivenciadas no ambiente de trabalho, como “Drama Social”, que transforma e molda a personalidade individual e social da pessoa. O processo de socialização profissional é um procedimento pelo qual o ser humano aprende normas, valores e comportamentos que lhe legitima como parte ou membro de toda e qualquer organização. Dessa forma, Dubar (1997) reitera que o mundo profissional constrói e define o “eu” do ser humano, e por meio disso, o mundo do trabalho não deve ser reduzido a uma simples atividade com fim econômico, mas um mecanismo que cristaliza a personalidade individual e social do sujeito. Por meio disso, é possível entender que o trabalho modifica a identidade, e desperta uma transformação pessoal e também, profissional (RAYMOND, 2000). Ou seja, habilidades e conhecimentos específicos para a execução de tarefas e trabalhos são de suma importância no desenvolvimento da identidade pessoal do ser humano (BACCARO, 2011).

Hughes (1958) ressalta em seu estudo sobre a socialização profissional que é impossível obter total conhecimento e habilidades de toda e qualquer área, uma vez que sempre há subculturas que surgem dentro de profissões. Percebe-se, então, que com o passar do tempo e gerações, conhecimentos são mantidos, transmitidos e novos são descobertos. A partir disso, Hughes (1958) entende que a educação de um profissional é construída por meio de experiências planejadas e não planejadas por leigos, a princípio, jovens e novos na profissão, que acabam por assimilar a cultura técnica e científica. Considera-se que a cultura leiga é o ponto de partida, porém, com um final indefinido, pois sempre existirá uma disparidade no modo e grau das experiências e formas de aprendizagem, que tornarão a cultura leiga novamente (HUGHES, 1958).

Em meio a esse cenário, o sujeito deve integrar o seu eu profissional ao ambiente de trabalho, ou seja, todo e qualquer domínio técnico em relação ao trabalho não é suficiente. Hughes (2016) reitera tal fato e defende a existência de dois fatores importantes para um profissional: 1) o diploma, como possível autorização legal; e 2) o mandato, que determina o profissional a uma atividade específica. Neste sentido, Dubar (2005) sugeriu três fases do modelo de socialização profissional de Hughes (1958):

a) **“Passagem através do espelho”** - Fase em que há uma idealização da profissão, visto que o indivíduo se insere na cultura profissional atrelada a uma idealização de uma cultura, denominada leiga e há o embate com a nova e real concepção da profissão/cargo, o que legitima um sentimento de estranhamento e desconforto. Tal nomenclatura é dada pelo uso da metáfora de “visualizar coisas ao contrário, escritas em um espelho, olhando um espetáculo por trás dele” (DUBAR, 2005).

b) **“Instalação da dualidade”** - A segunda fase é uma etapa de transição entre o estereótipo idealizado e a realidade vivida no mercado de trabalho, ou seja, o verdadeiro cenário é oferecido. Ademais, tal lacuna, entre o que é o estereótipo idealizado e a realidade, torna-se o início da discussão entre grupos, que consequentemente torna-se motivos de conflitos (HUGHES, 1958).

c) **“Ajuste da concepção de si”** – É a etapa final, na qual há o abandono de estereótipos da profissão, ao passo que a pessoa passa a ter consciência de suas capacidades físicas, mentais e pessoais - características que beneficiam o abandono de ideias sobre a profissão. Logo, tal fase caracteriza o processo de socialização por meio de um ajuste entre o que de fato foi fornecido como modelo ideal e como é, na prática, o modelo real (HUGHES, 1958).

Nesse sentido, a formação de características que formam um profissional é produto de uma aprendizagem desenvolvida e adquirida pelo processo de socialização no trabalho (HUGHES, 1958). O indivíduo é construído por contribuições de outros a sua volta, tais como pais, professoras(es), amigas(os) e suas próprias vontades, no entanto, há um momento em que a pessoa passa a revisar suas vontades e modos de pensar.

3 METODOLOGIA

O objetivo principal deste artigo é compreender o processo de socialização profissional da mulher em espaços políticos. A pesquisa é de natureza exploratória. Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica (dados secundários) e de campo (dados primários). Em virtude disso, foi utilizada uma vasta bibliografia sobre feminismo Butler (2003), política Miguel e Biroli (2014), e o processo de socialização (HUGHES, 1958); (DUBAR, 2005).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa foi selecionada, visto que as abordagens para a coleta de dados foram executadas por meio de entrevistas em profundidade, para uma abordagem minuciosa sobre presença feminina em âmbitos políticos.

O universo da pesquisa é composto por mulheres parlamentares e se obteve acesso a elas por facilidade de aproximação, ou seja por meio de pesquisas em sites governamentais, como Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), e no perfil de *Instagram* Vote Nelas SP. É importante ressaltar que 50 (cinquenta) *e-mails* foram enviados e apenas 10 (dez) parlamentares confirmaram estar disponíveis para a entrevista. Os dados sociodemográficos são delineados no Quadro 1:

Quadro 1 – Perfil das parlamentares entrevistadas

Entrevistadas (Pseudônimos)	Idade	Cargo Político	Tempo de atuação	Partido	Localidade (UF)
Simone	29	Vereadora	3 anos	Cidadania	PE
Mariana	26	Vereadora	4 meses	PT	MS
Virgínia	21	Vereadora	4 meses	PT	SP
Joana	46	Dep. Estadual	21 anos	PSL	SP
Dandara	21	Vereadora	6 meses	Solidariedade	SP
Ângela	44	Vereadora	17 anos	PL	SC
Judith	27	Vereadora	4 meses	PDT	SP
Ema	32	Vereadora	19 anos	PP	MG
Larissa	55	Vereadora	4 meses	PP	SP
Hanna	33	Dep. Estadual	4 anos	Rede Sust.	SP

Fonte: Autoral.

A técnica de bola de neve (*snowball*) foi outro método escolhido com objetivo de acessar às parlamentares por meio de indicações (BARDIN, 2011).

Os critérios delineados para a escolha das entrevistadas foram: 1) ser mulher e ex/atual parlamentar; 2) diversidade de partidos; 3) disponibilidade para ser entrevistada.

O método de coleta de dados no presente artigo foi o de entrevistas com apoio de um roteiro semiestruturado, com seus áudios gravados e transcritos, que foram submetidos à análise de conteúdo de natureza exploratória (CAMPUS, 2014). Tal roteiro delineado foi dividido em duas fases: obter informações sociodemográficas das parlamentares e o segundo bloco de perguntas fora composto por 17 questões abertas e baseadas nas três fases do modelo de socialização profissional de Hughes (1958) e Dubar (2005), conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Estruturação do roteiro

Blocos		Objetivos dos grupos de perguntas	Perguntas
1	Sociodemográfico	Reunir dados sobre o perfil das entrevistadas.	Introdução
2	“Passagem através do espelho” (DUBAR, 2005)	Colher relatos de como ocorre a inserção de mulheres na política considerando a cultura leiga e a cultura profissional.	1 a 3
	“Instalação da dualidade” (HUGHES, 1958)	Coletar informações de como as parlamentares assimilam suas vidas profissionais, a partir do modelo ideal e o real da profissão.	4 a 13
	“Ajuste da concepção de si” (HUGHES, 1958)	Obter informações sobre as percepções das parlamentares acerca de suas carreiras e identidades profissionais após o abandono de estereótipos.	14 a 17

Fonte: Adaptado de Hughes (1958) e Dubar (2005)

Referente à primeira fase do modelo, a) “Passagem através do espelho”, as perguntas foram elaboradas com o foco da inserção de mulheres na política. Na segunda fase, b) “Instalação da dualidade”, as questões foram elaboradas de forma a focar na assimilação das parlamentares sobre o modelo ideal e real da profissão, de acordo com suas vidas profissionais. Na terceira e última fase, c) “Ajuste da concepção de si”, as entrevistadas foram questionadas sobre suas carreiras e identidades profissionais relacionadas a estereótipos e ao abandono dos mesmos.

As entrevistas foram realizadas via plataforma *Google Meet* com duração média de 45 minutos, oscilando entre 34 minutos e 1 hora e 10 minutos.

As categorias de análise do presente artigo foram alinhadas às três fases do processo de socialização profissional difundido por Hughes (1958) e, por consequência, estabelecidas por Dubar (2005): “Passagem através do espelho”, “Instalação da dualidade” e “Ajuste da concepção em si”. Diante dessas categorias de análises, as unidades de contexto e registro foram construídas e elencadas no Quadro 3:

Quadro 3 – Categorias de análise, unidades de contexto e unidades de registro

CATEGORIAS DE ANÁLISE	UNIDADES DE CONTEXTO	UNIDADES DE REGISTRO
“Passagem através do espelho”	Motivações	Coletivismo
		Gostar de política
		Incentivo de família e amigos
		Diminuição de desigualdades
		Propósito de vida
		Gostar de atender pessoas
		Vontade de ajudar as pessoas
		Ausência de referências femininas
	Habilidades/Aptidões	Liderança
		Oratória
		Capacidade de diálogo
		Escuta ativa
	Inserção	Conhecer política
		Machismo
		Esperança
Oposição		
Demarcar espaço		
“Instalação da dualidade”	Modelo Idealizado	Assegurar direitos
		Ter voz
		Sonho de vida
		Debater ideias
		Espaço de fala
		Gestão organizada
		Amizades
		Mudar visão das pessoas
		Aumentar quórum feminino
		Fiscalizar o Planalto de perto
	Contato próximo ao Presidente	
	Modelo Real	Encarar o Plenário
		Burocracia
		Exposição
		Campanha política
		Dedicação
	Dificuldades/incômodos	Falta de credibilidade
		Machismo
		Subestimação
		Assédio
		Silenciamento
		Opressão masculina
		Credibilidade em discursos
		Falar alto para ser ouvida
Ofício difícil de exercer		
Dificuldade de convívio		
“Ajuste da concepção de si”	Identidade profissional	Conflitos constantes
		Liberdade
		Estilo próprio de vestir
		Forma de falar/discursar
		Referência para outras mulheres
	Carreira	Comunicação nas redes sociais
		Orgulho
		Reconhecimento
		Influência
		Reeleições
		Realização profissional
		Projetos futuros
		Conquista de direitos femininos

Fonte: Adaptado de Hughes (1958) e Dubar (2005)

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 “PASSAGEM ATRAVÉS DO ESPELHO”: A INSERÇÃO PROFISSIONAL

A “passagem através do espelho” representa o momento inicial da socialização profissional, atrelado ao modelo de Hughes (1958), ou seja, quando as mulheres ingressam no âmbito político e iniciam um embate entre as percepções construídas e a compreensão que se deparam com a profissão.

Ao analisar tal inserção, as parlamentares discorreram sobre quais eram as motivações e habilidades para existir um possível anseio de ingresso na política. A princípio, foram destacadas as motivações como, ausência de referência feminina, coletivismo, gostar de política, entre outros. A parlamentar Virgínia relata: “Eu percebi que faltava representatividade feminina”. Em meio a este relato, reitera-se o pensamento de Godelier (1982), em que analisa que todas as sociedades, ainda há uma forte presença hierárquica de poderes excludente quando se pensa em gênero e uma sociedade que opera em função do homem (SAFIOTTI, 1988).

A segunda unidade de contexto aborda habilidades necessárias na vida política. Dado isso, a liderança, de acordo com Dandara, é importante no exercício do ofício parlamentar, visto que ela afirma: “ter a capacidade de liderança é muito importante, você consegue inspirar as pessoas a acreditarem em você e no que você faz”. Ou seja, tal característica pode vir a potencializar instrumentos reguladores da vida social, e o tratamento entre os gêneros pode ser equiparado (MELO, 2017). No mesmo sentido, a vereadora Judith, com o tom esperançoso, ressalta acreditar que no espaço político deva ser necessário “a habilidade do diálogo, de tentar fazer pontes entre universos diferentes e furar bolhas”.

Em meio a esse cenário, as parlamentares também foram questionadas sobre o início da carreira política, relacionado à inserção no espaço público. Os relatos em sua maioria seguiram falas de repúdio ao machismo, o que reitera o pensamento de Brioli (2014), em que questiona se deve haver uma preocupação maior sobre o aumento de mulheres na política ou haver uma preocupação em evoluir a pauta política feminista, pois a ampliação numérica não assegura a representatividade feminina.

Uma vez analisada a inserção da mulher na política, foram descobertos aspectos peculiares no início do ofício, tais quais a necessidade de demarcação de espaço e o machismo. Judith relata o incômodo cotidiano: “Até agora eu tenho enfrentado uns machismos que são aqueles implícitos, que são nas entrelinhas, que surgem com boicotes, e as vezes não são coisas declaradas”.

Estes relatos demonstram que a “Passagem através do espelho”, fase de idealização da profissão atrelada a sua idealização, legitima um sentimento de estranhamento e por vezes desconforto, quando se inicia algo ou uma carreira (HUGHES, 1958). Logo, tais incômodos relatados, impulsionam o feminismo: cultura que se iniciava com repúdio à opressão feminina (SAFFIOTI, 2004). Evidencia-se, portanto, que tal fase é reconhecida como socialização primária, esta que analisa o indivíduo interagindo com a sociedade. Logo, o indivíduo identifica sua construção individual e cria sua própria identidade a partir do mundo externo (BERGER, 2013).

4.2 “INSTALAÇÃO DA DUALIDADE” : O MODELO IDEAL E O REAL DA PROFISSÃO

Na segunda fase analisa-se a transição entre o estereótipo idealizado e o verdadeiro cenário oferecido no mercado de trabalho. Dessa forma, a fim de entender tais questões, as parlamentares foram questionadas sobre como elas idealizavam/imaginavam que seria a prática do ofício, e elas citam: um ambiente para debater ideais, aumentar o quórum feminino, espaço de fala, dentre outros. Em contrapartida, as mesmas reconheceram que já esperavam que houvesse dificuldades. Ao mencionar aspectos negativos Mariana menciona: “É raro ser vista como uma parlamentar, meus colegas homens acham que eu sou a fofinha. Tem uns colegas que me acham burra e outros me veem com sentimento paternalista.” Tais relatos se alinham ao pensamento de Hughes (1958), quando ressalta que sempre terá um ponto de partida com um final indefinido e que sempre terão uma disparidade nas experiências, como relatadas pelas parlamentares. Ema relata todos seus incômodos também:

[...] Tem esse silenciamento constante. Eu já recebi vários assédios. Exemplo: “Troco um beijo por um voto”, “Não se preocupa deputada que nós já fizemos uma eleição e você é uma das deputadas mais bonitas da casa, vai dar tudo certo pra você”, “Nossa, mas com esse corpão você realmente vai aprovar muitos projetos”, “Ah, parabéns, bem-vinda de volta da gravidez, mas a gente não vai nem se animar com você aqui, porque a gente sabe que você gosta mesmo é de fazer filho” e isso no microfone, viu? Publicamente! (EMA, 32).

Tais relatos identificam dificuldades atreladas ao cenário de socialização vinculadas ao machismo, assédio, silenciamento, opressão masculina, entre outros. Assim, uma vez percebido o cenário real, foi questionado se as parlamentares já pensaram em desistir do ofício e Joana relata: “Não, desistir não, mas assim, eu reflito se é o lugar certo pra mim. As vezes eu já até gritei por estar tão agoniada, tão ameaçada que eu explodi”. Em virtude dessas narrativas, nota-se comportamentos muitas vezes modificados e que ratificam o pensamento de Raymond (2000), que define o trabalho como agente de mudanças na identidade das pessoas, despertando uma transformação pessoal e profissional.

Outro relato é o de Judith que, com a voz embargada, relata: “Olha, esse sentimento é constante, então, eu penso bastante nisso sim, mas eu tento sempre lembrar do meu propósito por outras mulheres. Em meio a estes relatos há confirmação do pensamento de Miguel e Biroli (2014) que afirmam que o campo político trabalha contra as mulheres, impondo a elas maiores obstáculos.

4.3 “AJUSTE DA CONCEPÇÃO EM SI”: IDENTIDADE PROFISSIONAL E CARREIRA

Na terceira fase do modelo, é abordado o abandono de estereótipos da profissão e uma abertura para o processo de socialização no trabalho ser exercida mediante a um ajuste das concepções do cenário ideal e o modelo real (HUGHES, 1958). Logo, a fim de entender melhor a transição, questionou-se quais mudanças ocorreram em relação às expectativas e o real cenário, se há incorporação de um modelo profissional e qual a opinião das parlamentares em relação à representatividade feminina na política atrelada ao ofício de parlamentar.

A vereadora Mariana, ao ser questionada sobre o que mudou em relação às suas expectativas e o real cenário, diz: “Minhas expectativas eram extremamente baixas, acho que o negócio tá complicado”. É importante perceber que as

expectativas não destoam do modelo real, uma vez que ela e as demais entrevistadas externalizam que o espaço público não tem se mostrado um lugar ideal para mulheres. Em suma, conforme evidenciado por Miguel (2014), o campo político tende a impor às mulheres alternativas sempre onerosas.

Por consequência, ao relatar sobre modelo profissional, as entrevistadas trouxeram perspectivas semelhantes ao questionamento se as mesmas incorporaram um, e as respostas foram: “Não, acho que não, mulher já não está no espectro imaginário, então a gente vai reconstruindo ele ao todo” (HANNA, 33). Virgínia, por sua vez, acredita em uma mudança: “Acho que me moldei para entrar na política. Tenho que levantar minha voz, fazer uma defesa mais dura, embasar muito mais minha fala, e por ser mulher, óbvio” (VIRGÍNIA, 21).

Em meio a tais explicações, nota-se que a deputada Hanna discorda de ter incorporado um modelo profissional enveredado na perspectiva de nem existir esse imaginário direcionado à mulher, viés este que constata que tal espaço social marginaliza e trabalha contra as mulheres (BIROLI, 2014). Ademais, Virgínia menciona ter se moldado, visto que, por vezes, relata ter se sentido obrigada a modificar algumas características, como já mencionadas. Logo, nota-se a percepção de uma cobrança direcionada ao gênero feminino, o que se relaciona também a uma cobrança incorporada no sistema político (BIROLI, 2014).

Dessa forma, referente ao questionamento de um modelo profissional, que algumas acreditam nem existir, percebe-se que um ambiente profissional ajuda a construir e definir o “eu” do ser humano e, por meio disso, o mundo do trabalho não deve ser reduzido a uma simples atividade com fim econômico, mas um mecanismo que cristaliza a personalidade individual e social do sujeito (DUBAR, 1997). Ressalta-se também que as parlamentares construíram uma identidade profissional quando passaram a abandonar estereótipos padronizados. Logo, elas analisam a construção de uma identidade profissional por meio da liberdade da fala, estilo próprio de se vestir, formas de falar e ser referência para outras mulheres.

Em meio a esse argumento, as parlamentares relataram como experienciam a representatividade feminina na política: “Insuficiente no Brasil, hiper necessária de ser ampliada, sou a favor de cotas para que a gente faça isso de uma forma mais acelerada” (HANNA, 33). A vereadora Judith reitera: “Ela é extremamente baixa, reflete muito a nossa história como país patriarcal. No meu ambiente de trabalho são 13 cadeiras e só 3 são ocupadas por mulheres.” Em virtude disso, Godelier (1982), tem seu pensamento ratificado, quando afirma que mesmo nas mais igualitárias sociedades, os poderes finais pertencem aos homens. Assim, como já mencionado, tal cenário envolve críticas às instituições vigentes patriarcais.

E por fim, com o foco de análise na carreira das entrevistadas, notou-se que as parlamentares possuem visões positivas quando as citam por meio de orgulho, realização profissional e conquista de direitos femininos. Ângela, uma das entrevistadas expõe sua percepção: “Eu vejo que posso usar minha influência para ajudar mais mulheres.” Tal constatação pessoal e coletiva das entrevistadas, reitera Gimenez (2018), uma vez que ele reflete sobre o quanto atividades foram renegadas às mulheres por serem vistas pela sociedade com aspectos racionais e mentais subjugados inferiores em relação ao gênero masculino. Nota-se, portanto, como articulado nas falas das entrevistadas, um olhar otimista em relação a uma futura carreira/ofício. Tal análise demonstra uma evolução em relação a sub-representação das mulheres na esfera pública, produto da violência simbólica (BOURDIEU, 1979) já abordada neste estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto fundamentado nesse estudo, notou-se que o Brasil é um dos piores países em termos de representatividade política feminina (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2018). Consequentemente, o processo de socialização da mulher no âmbito político tornou-se uma experiência que carece de reflexão e análise. Frente a esse cenário, o objetivo do presente artigo foi compreender o processo de socialização profissional da mulher em espaços políticos.

Para atingir tal objetivo, utilizou-se de pesquisa de natureza exploratória. Quanto aos meios, a pesquisa configura-se como bibliográfica (dados secundários) sobre feminismo (BUTLER, 2003); política (MIGUEL; BIROLI, 2014), e o processo de socialização (HUGHES, 1958), (DUBAR, 2005); e de campo (dados primários), a partir de entrevistas em profundidade com parlamentares acessadas por meio de roteiro semiestruturado. As parlamentares entrevistadas foram selecionadas por facilidade de aproximação, por meio de pesquisas em *sites* governamentais, como Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), e no perfil de *Instagram* Vote Nelas SP. As entrevistadas possuíam entre 21 e 44 anos e atuam e/ou atuaram na política entre 3 meses e 21 anos.

Na primeira fase do modelo de socialização profissional de Hughes (1958), a “Passagem através do espelho”, analisou-se o momento do ingresso feminino no âmbito político e identificou-se as motivações, como habilidades e a incompatibilidade da realidade por meio da inserção. A ausência de referência feminina na política foi o maior incentivo das parlamentares escolherem o ofício. Tendo em vista tal motivação, notou-se que a disparidade de gênero presente no âmbito político se transforma em um incentivo não apenas profissional, mas também pessoal para que as mulheres ingressem para a política com o objetivo de equiparar a desigualdade de gênero por meio do aumento do quórum. Além da aptidão técnica, revelam a importância das habilidades de relacionamento interpessoal como essenciais. Ademais, nessa fase, há o embate com incômodos relacionados ao processo de inserção, como o machismo produto de uma sociedade patriarcal. Compreende-se, então, a necessidade de agendas que incentivem pautas feministas com o objetivo de obter melhorias direcionadas às mulheres e realizadas por mulheres, uma vez que a maior motivação da obtenção do ofício ainda é relacionada a questões de gênero.

Na segunda fase, “Instalação da dualidade”, há uma ruptura entre o modelo ideal e o real que a mulher encara no âmbito político. Destaca-se, portanto, que o rompimento entre o cenário ideal e real é apenas reconhecido com o tempo e exercendo o ofício, visto que a presença de uma ideia glamourizada da profissão, denominada, por vezes, como “sonho de vida”, é reavaliada quando o modelo real é manifestado. Logo, em meio a isso, aponta-se que o processo de socialização profissional da mulher na política reflete um cenário que atribui à mulher marcas de inferioridade, apesar dos avanços femininos.

O “Ajuste da concepção de si”, considerada como a terceira e última fase do modelo de Hughes (1958), identifica o abandono de estereótipos da profissão, que tem por foco o início da formação de uma identidade profissional que colabora com a constituição da carreira da mulher. Dessa forma, a medida que as parlamentares se desvincularam dos estereótipos e quebra de tabus, por consequência, iniciaram o processo de identidade profissional. Percebe-se, portanto, que a terceira etapa resulta no abandono de idealizações e, ao mesmo tempo, conhecimentos adquiridos durante o processo de socialização, e a construção de uma carreira

vinculada a um modelo real e único. Pontua-se, em meio a isso, que a conquista de uma identidade profissional é uma forma que o indivíduo é percebido na sociedade.

O artigo contribuiu com uma nova forma de enxergar o processo de construção da identidade da mulher no cenário político. Este estudo é um passo importante para pensar a equidade de gênero na política brasileira, e assim permitir que mais mulheres entendam o real funcionamento da representatividade política, os potenciais desafios que enfrentarão nessa trajetória e possíveis alertas e incentivos de como ocupar esse espaço por meio da socialização. Vale ressaltar que o presente estudo pode contribuir no reconhecimento da necessidade de mudança de comportamentos corriqueiramente naturalizados na política, como machismo, silenciamento e interrupção. Verifica-se, então, que estudos como estes podem potencializar o entendimento e aumento da presença feminina e forças afirmativas que beneficiem e respeitem o processo de socialização profissional da mulher na política.

Como estudos futuros, foram identificadas possibilidades que abrangem a realização de estudos pertencentes à área da Psicologia Social, que objetiva estudar fatores históricos/externos do comportamento da sociedade que influencie a presença da mulher no campo político. Ademais, na perspectiva política, seria interessante entender processos de socialização mais segmentados relacionados a partidos, uma vez que estes podem possuir discrepâncias ideológicas/teóricas/práticas que impactem a atuação de mulheres por partidos. Dessa forma, tal proposta de estudo visaria entender melhor as principais casas legislativas, com o propósito de avaliar os partidos que possuem liderança feminina.

REFERÊNCIAS

ALVES, K. **Arte, Criatividade e Desafios: A Socialização Profissional de Tatuadoras**, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Paris: Gallimard, 1976.

BERGER, P; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BERGER, P; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BICKFORD, S. **The dissonance of democracy: listening, conflict, and citizenship**. 1996.

BLUMER, H. **El interaccionismo simbólico: perspectiva y método**. Barcelona: (Obra original publicada em 1969)

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**, 2003.

CAMPOS, M. **Feminismo e Movimentos de Mulheres no contexto brasileiro: A Constituição de Identidades coletivas e a busca de incidência nas Políticas Pública**, 2017.

CARVALHO, D. **A sub-representação feminina na política brasileira em face das inovações democráticas legislativas**.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, M: **A imagem da mulher: um estudo de arte brasileira**. RJ: Senac Rio. 2002.

CUNHA, M. **O processo de socialização na construção da identidade dos bibliotecários em Santa Catarina**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p.56-83, set/dez, 2016.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

FIRMINO, F. **Feminismo, Identidade de Gênero em Judith Butler: Apontamentos a partir de “Problemas de Gênero”**, 2017.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 6. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1992. cap. 10, p. 361-404: As ciências humanas.

GIMENEZ, L. **A mulher contemporânea e o feminino: um estudo com mulheres inseridas no mercado de trabalho**. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

GODELIER, M. **Maurice 1982 La Production des Grands Hommes: pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée**. Paris, Fayard, 375 p. (L'Espace du politique).

HOLLANDA, H. **Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais**: Rio de Janeiro, 2019.

HUGHES, E. **Men and their work**. Louisiana: Quid Pro Books. 2016

HUGHES, E. **Men and their work**. 1. ed. London: The Free Press, 1958.

MARTINS, C. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2003.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. Ed. Atlas. 1996.

MEDEIROS, M. **A Construção Teórica dos Conceitos de Socialização e Identidade**, 2002.

MELLO, V: **O pensamento iluminista e o desencantamento do mundo: modernidade e a revolução francesa como marco paradigmático**, 2011.

MIGUEL, L; BIROLI, F12. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MIRANDA, M. **Participação Das Mulheres na Política: À Busca Pela Concretização da Igualdade de Gêneros Como Instrumento da Efetivação da Democracia**. Ambito Jurídico. São Paulo, 2019.

MOREIRA, L. **As mulheres nos espaços de decisão política**, 2009.

NAÇÕES UNIDAS - **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**.

NOREMBERG, A. **A trajetória feminina na Política Brasileira**, 2016.

OLIVEIRA, D. **O Processo de socialização na construção da identidade dos bibliotecários em Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

OLIVEIRA, O. **O processo civilizador segundo Norbert Elias**, 2012.

POLITIZE: **Cotas de Gênero em eleições proporcionais: Como funcionam?**, 2020.

RAYMOND, D. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério**. **Educação & Sociedade**, Campinas, n.73, p. 209- 244, 2000.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna LTDA, 1988.

TARDIF, M; RAYMOND, D. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério**. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 21, n. 73, p. 209-244, dez. 2000.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – **Eleições 2020: Mulheres batem recorde em número de candidaturas**, 2020.

VALLE, I. **A era da profissionalização: formação e socialização profissional do corpo docente de 1ª a 4ª série**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

VARIETY. **Avaliações da 6ª temporada de 'House of Cards' na Netflix: telespectadores dos EUA caem em relação à temporada anterior**, 2018.